DECLARAÇÃO

Eu,\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,

Portadora da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declaro para fins de solicitar a isenção do pagamento do IPTU, que percebo mensalmente o valor de Um (01) salário mínimo nacional (sendo minha única renda), possuo apenas um imóvel no meu nome e estritamente residencial.

Declaro que as informações aqui prestadas são verdadeiras e estou ciente de que qualquer falsidade nestas, serei enquadrado (a) no art. Da Lei Municipal nº 5702, bem como o Decreto Lei 2848 de 07/12/40 – Código Penal em seu artigo 299 – diz “Falsidade Ideológica – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos e multa, se o documento é público, e a reclusão de um a três e multa, se o documento é particular.

 Santa Maria,\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de 202\_\_

 \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

 Nome /assinatura do solicitante

Este documento deverá ter firma reconhecida em cartório.